

Nova sede do TRT da 9ª Região



Foi inaugurada, em 13 de março, a nova sede do Tribunal do Trabalho do Paraná em solenidade que reuniu autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo e Legislativo. Dentro da programação do evento, houve apresentação cultural e científica **p. 4 a 8**

Reunião no TRT-PR em defesa da memória da Justiça do Trabalho

Foi realizada, em 13 de março, reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, no TRT da 9ª Região. Dentre diversos assuntos, discutiu-se a eliminação de autos findos e a tabela de temporalidade. Também foi apresentado, na oportunidade, conjunto de dez metas do Conselho Nacional de Justiça, a ser cumprido por todos os Tribunais do país, até o final de 2009. **p. 3**

Planejamento do Judiciário e seus reflexos na magistratura

O membro do Conselho Nacional de Justiça, Joaquim de Arruda Falcão Neto, e o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Rogério Favreto, foram palestrantes no colóquio sobre o “Planejamento do Judiciário e seus Reflexos na Magistratura”, em 13 de março. A iniciativa do evento foi da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná e da Escola de Administração Judiciária da 9ª Região. **p. 7 e 8**

Nesta Edição

- Posse da nova administração do TST **p. 2**
- Novas atribuições das Direções de Fórum de 1º Grau **p. 9**
- Plano de Comunicação da Justiça do Trabalho **p. 10**
- Carga programada de processos em VTs **p. 13**

TST tem nova direção

Jussara Elisa

Em sessão solene, no dia 2 de março, tomou posse a nova direção do TST para o biênio 2009/2011. Assumiu a Presidência o ministro Milton de Moura França. A Vice-Presidência passa a ser exercida pelo ministro João Oreste Dalazen, e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho pelo ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

OS MINISTROS

O ministro Moura França, 67 anos, nasceu em Cunha, no interior de São Paulo. Formou-se em Direito pela Universidade de Taubaté, onde atuou

como advogado e professor. Em 1975, ingressou na magistratura do Trabalho, sendo promovido a juiz do TRT da 15ª Região (com sede em Campinas/SP), em 1991. Cinco anos depois tomou posse no cargo de Ministro do TST, tendo, nos dois últimos anos, exercido a Vice-Presidência do órgão.

Gaúcho de Getúlio Vargas, o ministro João Oreste Dalazen, de 56 anos, fez carreira como juiz do Trabalho no Paraná, iniciada em 1980. É professor de Direito na Universidade de Brasília. Chegou ao TST em 1996. Exerceu o cargo de Corregedor-Geral da Justiça

do Trabalho de 2007 a 2009. Nessa condição, visitou todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho a fim de verificar a regularidade da tramitação processual e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

O ministro Carlos Alberto Reis de Paula, 65 anos, é mineiro de Pedro Leopoldo e doutor em Direito pela Universidade de Minas Gerais. Fez carreira como juiz do Trabalho e professor naquele Estado. Assumiu, em 1998, o cargo de Ministro do TST. De 2007 a 2009, dirigiu a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). ■

Planejamento estratégico em discussão no Conselho Nacional de Justiça

Maria Ângela Marques

O Conselho Nacional de Justiça realizou, em 9 de março, a primeira reunião para discutir o cumprimento das dez metas de nivelamento do Judiciário brasileiro, relacionadas ao planejamento estratégico, que devem ser executadas ainda este ano. Os diretores-gerais dos Tribunais Superiores e os responsáveis pelas áreas de planejamento estratégico e tecnologia da informação se reuniram com os juízes auxiliares do CNJ, Rubens Curado, Marcelo Berthe e Salise Sanhotene, para debater formas de alcançar as metas, divulgadas no 2º Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido no dia 16 de fevereiro, em Belo Horizonte.

Também reuniu-se no gabinete da Presidência do TRT do Paraná, a Comissão Permanente de acompanhamento e avaliação do cumprimento

das ações do Planejamento Estratégico do TRT da 9ª Região, instituída pela Resolução 139/2008, integrada pelos desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (presidente), Dirceu Buyz Pinto Junior e Fátima Teresinha Loro Ledra Machado. A reunião, coordenada pela desembargadora Rosalie Batista, contou com a assistência do juiz de primeiro grau Bráulio Gusmão, presidente da Amatra-IX, e teve apresentação dos servidores Carla Basso e Vanderlei Peres, (diretor-geral), demonstrativa das etapas do Planejamento Estratégico no Regional, adotado como ferramenta oficial de gestão, conforme deliberou o Tribunal Pleno na RA 13/2008.

A presidente do Tribunal ressaltou a importância da metodologia de gestão, que confere continuidade aos atos de administração, com transparência, permitindo acompanhamento,

integração, trabalho conjunto para execução e obtenção das metas propostas, já que uma vez planejado e tido como prioritário, há definição dos focos de atuação. No panorama atual pretende-se executar a ferramenta, mediante iniciativas como capacitação de equipes e construção de práticas sistemáticas vinculadas à gestão de processos de trabalho (por meio da priorização das ações, estipulação de cronograma controlador e gerenciamento de indicadores de desempenho). A Presidência repassará à Comissão quais dos 45 processos em execução são identificados como prioritários para consecução ainda em 2009, o que será avaliado em próxima reunião de trabalho. Também será analisada a questão quanto a alguns projetos, por sua natureza, necessariamente serem coordenados por juízes. ■

NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michael Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Jussara Elisa, Maria Ângela Marques e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Gráfica Mult-Graphic.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

Fórum reúne-se no TRT-PR em defesa da memória da Justiça do Trabalho

Jussara Elisa

Reuniu-se, no Plenário do TRT-PR, em Curitiba, o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho.

Compuseram a mesa a presidente do Fórum, desembargadora aposentada Magda Barros Biavaschi (TRT-4ª Região), os desembargadores do TRT da 9ª Região Ney José de Freitas (corregedor regional), Rosemarie Diedrichs Pimpão (diretora da EAJ), Ana Carolina Zaina (presidente da Comissão de Responsabilidade Social) e Ubirajara Carlos Mendes. Também participaram do evento os magistrados Luís José de Jesus Ribeiro (8ª Região), Maria Cristina Caixeta (3ª Região) e Roberto de Freire Bastos (6ª Região), servidores da 9ª Região da Justiça do Trabalho e representantes do TST e dos Regionais no Fórum.

O desembargador Ney José de Freitas abriu o evento, destacando a importância de três momentos: a preservação da memória da Justiça do Trabalho, a institucionalização do Fórum, a iniciativa do lançamento do "Selo do Memorial - Acervo Histórico" do Paraná e a inauguração da galeria dos ex-corregedores do TRT da 9ª Região.

Na oportunidade, dentre diversos assuntos, discutiu-se providências junto ao Ministério da Justiça sobre eliminação



Mesa de abertura da reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa de Memória da Justiça do Trabalho, no dia 13 de março

de autos findos e tabela de temporalidade. Foi apresentada, ainda, a determinação do Conselho Nacional de Justiça, voltada ao cumprimento de um conjunto de dez metas por todos os Tribunais do país até o final do ano, dentre essas destacando a identificação dos processos judiciais mais antigos e a adoção de medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005, em 1º, 2º grau e Tribunais Superiores.

Foi divulgado o recebimento do despacho do corregedor-geral da Justiça do Trabalho nos autos do processo TST-PP-195202/2008-000-00-00.1, que trata de pedido de acolhimento pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

da proposta de realização de inventário dos processos remanescentes da Justiça do Trabalho concernentes às décadas de 1920 a 1990, como meio de viabilizar o projeto "Memória da Justiça do Trabalho, passado, presente e futuro", conforme Resolução do II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. O corregedor-geral sublinhou que "as propostas originadas no Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho decerto podem trazer significativas contribuições para os trabalhos a cargo do supracitado grupo".

Os participantes da reunião discutiram, ainda, a programação do IV Encontro Nacional do Fórum. ■

Posse na EAJ

Jussara Elisa

Os desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (conselheiro do CNJ) e Arnor Lima Neto foram empossados nos cargos de Vice-Diretor e Coordenador da Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, respectivamente, em 11 de março de 2009. O ato foi realizado no gabinete da Presidência, com a presença de magistrados e servidores do TRT-PR. ■



A diretora da Escola de Administração Judiciária do TRT do Paraná, desembargadora Rosemarie Pimpão, em discurso durante a posse na entidade dos desembargadores Arnor Lima Neto (à esquerda) e Altino dos Santos

Inauguração da nova sede do Tribunal do Trabalho do Paraná

Na cerimônia, foi lançado o Selo do Memorial - Acervo Histórico e inaugurada a Galeria de Retratos dos Ex-Corregedores

Jussara Elisa

Em 13 de março, foi inaugurada a nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - a quarta desde a sua instalação, em setembro de 1976.

Na cerimônia, foi apresentado aos presentes o complexo arquitetônico, que consiste na torre e no prédio histórico. Também houve lançamento do "Selo do Memorial - Acervo Histórico"; homenagens a personalidades por sua contribuição à Justiça do Trabalho e apresentação da Galeria de Retratos dos Ex-Corregedores Regionais.



Grupo Vocal do Sinjutra e o maestro Anderson

Na etapa cultural da cerimônia, apresentou-se a Orquestra de Cordas Suzuki, eleita como o melhor grupo musical de Câmara, na XII Convenção Mundial realizada na Irlanda. Duas conferências de conteúdo científico, dos juristas Joaquim de Arruda Falcão Neto (conselheiro do CNJ) e Rogério Favreto (secretário nacional de Reforma do Judiciário), encerraram a celebração (vide matéria nas páginas 7 e 8).

■ CERIMÔNIA

Autoridades civis e militares das três esferas da administração pública, membros do Ministério Público, servidores da Justiça do Trabalho, advogados, funcionários dos bancos oficiais conveniados, representantes de associações civis e de sindicatos patronais e profissionais prestigiaram o evento.

O Hino Nacional Brasileiro foi interpretado pelo Grupo Vocal do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho da 9ª Região - Sinjutra, sob a regência do maestro Anderson Nascimento.

O primeiro discurso da tarde foi do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, Alberto de Paula Machado: "Acompanho no nosso Estado do Paraná, a expansão da Justiça, seja na ampliação do número de Varas, seja na ampliação da estrutura funcional, seja também na indispensável ampliação da sua estrutura física". Lembrou que o TRT da 9ª Região começou a melhoria de sua estrutura física pelas unidades de 1º grau. "A porta de entrada do cidadão no Poder Judiciário", enfatizou.

A chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, procuradora Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães, pronunciou-se a seguir. "Esse é um momento especial para qualquer administrador público. Um momento de transformar sonho em realidade - uma realidade que beneficiará a instituição e a sociedade, de forma duradoura".

Em seu discurso, o presidente da Associação dos Magistrados do Traba-



Nova sede do TRT do Paraná, no centro de Curitiba

lho da 9ª Região, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, parabenizou o TRT do Paraná pela nova sede: "as palavras da Associação dos Magistrados do Trabalho IX só podem ser de felicitações e cumprimentos por tão marcante momento na história da 9ª Região". Destacou os esforços das administrações no sentido de prover toda a Justiça do Trabalho do Paraná de melhores instalações físicas.



Ministro do Planejamento Paulo Bernardo (à direita) e o vice-presidente Luiz Eduardo Gunther (TRT-PR)

Logo após, foi oferecida uma lembrança do evento ao ministro Paulo Bernardo, titular da pasta do Planejamento, proporcionada pela Academia Paranaense de Letras Jurídicas, na pessoa de seu presidente, o advogado João Casillo.

Em seguida, o ministro Paulo Bernardo foi homenageado com placa afixada na parede do novo prédio do TRT do Paraná, por sua receptividade e apoio à transferência do TRT para a nova sede. O ministro, ao lado do vice-presidente e ouvidor-geral do Tribunal, desembargador Luiz Eduardo Gunther, descerraram a placa.

O ministro do Planejamento pronunciou-se a seguir, agradecendo a homenagem recebida e parabenizando o TRT do Paraná pelas novas instalações, na pessoa da presidente do órgão, desem-



O vice-presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, e o corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas (à esquerda)

estimar a pesquisa e promover sua conservação em acervo específico. A concepção gráfica do selo faz o resgate visual da primeira sede do TRT do Paraná, que ficava na Rua 24 de Maio.

para esse fim, por critérios técnicos e, posteriormente, eleição direta, via internet, pelos públicos interno e externo.

A reprodução do novo selo foi descerrada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e pelo ex-presidente do TRT do Paraná, juiz aposentado Pedro Ribeiro Tavares, um dos magistrados pioneiros do Regional. A seguir, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, diretora da EAJ do TRT do Paraná, entregou o certificado a Jairo Culau.

O discurso da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, foi o último da tarde. A magistrada relatou a importância da localização da nova sede. “A atenção para o coletivo foi determinante, do mesmo modo, para nossa preferência por esta localização. Aqui estamos formando o terceiro vértice do que poderíamos chamar de ‘Circuito Trian-



Ministro Carlos Lupi (Trabalho e Emprego) e o juiz aposentado do TRT do Paraná Pedro Ribeiro Tavares

bargadora Rosalie Michaela Bacila Batista: “gostaria de dizer que, se não fossem a diligência e o seu esforço, com certeza não haveria este momento. A senhora é merecedora de nossos aplausos pelo trabalho que fez aqui”.

Também foi homenageado o vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, representante do órgão de cúpula da Justiça do Trabalho e que construiu sua carreira jurídica no Paraná. A placa foi descerrada pelo homenageado e pelo corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas.

Na solenidade, foi lançado o Selo do Memorial - Acervo Histórico do TRT-PR, que passa a marcar as peças que ensinam interesse histórico, com vistas a

O trabalho, do artista plástico e servidor Jairo Culau, foi escolhido dentre outros que participaram de concurso



Os ministros Fernando Eizo Ono e Paulo Bernardo descerrando placa alusiva à inauguração do prédio



Ministro João Oreste Dalazen e a presidente Rosalie Batista no momento do desenlace da fita inaugural

gular da Justiça do Trabalho. Ficamos equidistantes - a menos de 150 metros -, dos outros dois prédios na Av. Vicente Machado, o que racionaliza nossa logística, além da proximidade com a Procuradoria do Trabalho, facilitando o acesso ao público”.

da programação. O grupo, que tem a coordenação artística da professora violinista Simone Savytzky, é formado por alunos e professores de música. Seus alunos aprendem através do Método Suzuki, criado pelo violinista e pedagogo Shinichi Suzuki. Similar à



Orquestra de Cordas Suzuki

maneira como as crianças aprendem a falar fluentemente a sua língua materna, ouvindo e repetindo muitas vezes o que ouvem, o método desenvolve a linguagem musical inata ao ser humano e sua sensibilidade, proporcionando grande aperfeiçoamento técnico no instrumento esco-

lhido. O evento foi patrocinado pelo Banco do Brasil.

■ GALERIA DE RETRATOS

Na oportunidade, foi inaugurada, na nova sede do TRT do Paraná, a Galeria de Retratos dos Ex-Corregedores da 9ª Região da Justiça do Trabalho. O corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, iniciou a cerimônia da qual participaram ex-corregedores e representantes.

Em seu pronunciamento, o corregedor relatou o objetivo de instaurar no TRT-PR, a galeria de retratos de ex-corregedores. “Seu marco histórico é a desvinculação, ocorrida em 1990, da Corregedoria, relativamente à Presidência do nosso Tribunal. Até então, ambas as atribuições eram cumuladas por um só magistrado. Mais que inspecionar cada uma das Varas do Trabalho do Estado; mais que expedir recomendações ou editar providimentos, esses homens e mulheres tornaram-se paradigmas, por sua experiência, sua cultura e seu exemplo, para gerações de juízes e servidores. É o reconhecimento a magistrados que dedicaram sua inteligência, seu culto aos princípios que informam o Direito do Trabalho e a Administração Pública, à causa do aperfeiçoamento do Judiciário”.

Finalizando o ato, houve o descerramento da placa alusiva à inauguração pelos magistrados Ney José de Freitas e Pedro Ribeiro Tavares. ■

Os ministros Fernando Eizo Ono (Tribunal Superior do Trabalho) e Paulo Bernardo (Planejamento) descerraram a placa alusiva à inauguração da sede do TRT-PR.

A presidente do Tribunal, desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista, e o vice-presidente, do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, procederam ao desenlace da fita inaugural da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho.

A bênção às novas instalações do Tribunal, ministrada pelo Pastor da Comunhão Cristã ABBA, Pio Francisco de Carvalho, encerrou a solenidade.

■ PROGRAMAÇÃO CULTURAL

O concerto da “Orquestra de Cordas Suzuki” integrou a etapa cultural



O ministro João Oreste Dalazen (primeiro em pé, à direita), a presidente Rosalie Batista (sentada, segunda à direita) e o corregedor regional Ney José de Freitas (segundo à direita), com os ex-corregedores da Justiça do Trabalho da 9ª Região, a partir da esquerda, ministro Fernando Eizo Ono e os magistrados Luiz Eduardo Gunther, Nacif Alcure Neto, Pedro Ribeiro Tavares, Wanda Santi da Silva e Lauremi Camaroski. Representando o juiz João Gonçalves de Moura, a viúva Helena de Moura (ao lado da presidente)

Colóquio: "Planejamento do Judiciário e seus reflexos na magistratura"

Evento da Ematra e da EAJ encerra programação do dia 13

Rossana Tuoto

O encerramento da programação alusiva à inauguração da nova sede do Tribunal teve caráter reflexivo para magistrados e servidores. Numa iniciativa da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra - PR) e da Escola de Administração Judiciária da 9ª Região (EAJ) foram palestrantes no colóquio - "Planejamento do Judiciário e seus Reflexos na Magistratura", o membro do Conselho Nacional de Justiça Joaquim de Arruda Falcão Neto (na foto, ao microfone), integrante da Comissão de Estatística e Gestão Estratégica, e o secretário nacional de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Rogério Favreto (terceiro à esquerda, na foto).

Na condução dos trabalhos à mesa, a diretora da EAJ (PR), desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, e o presidente da Amatra IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão. Também integraram a composição da mesa a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Airton Mozart Valadares Pires; e o vice-diretor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, campus do Rio de Janeiro, professor Sérgio Guerra.

O conselheiro Joaquim Falcão, na qualidade de membro da Comissão de Estatística e Gestão Estratégica, iniciou sua palestra reportando-se ao "Planeja-

mento Estratégico do Poder Judiciário", sob a coordenação do CNJ. Mencionou a gestão estratégica como mecanismo de celeridade e efetividade da Justiça com o engajamento da magistratura nacional, propondo integração e unicidade do Poder Judiciário. Ressaltou que o planejamento estratégico tem o objetivo de modernizar e aperfeiçoar o Judiciário para integrar as diversas Justiças:



Mesa de abertura do colóquio "Planejamento do Judiciário e seus reflexos na magistratura", organizado pela Ematra e EAJ. Evento encerrou a programação da solenidade de inauguração da nova sede do TRT do Paraná

estadual, federal, do trabalho, eleitoral e militar, a partir de diretrizes de atuação convergentes que possam proporcionar maior celeridade e agilidade na tramitação dos processos. Também a melhoria da prestação de serviços da Justiça e a criação de alternativas de ampliação do acesso à Justiça por parte dos brasileiros. Apresentou pesquisa sobre o grau de confiabilidade da sociedade nas insti-

tuições, onde o Poder Judiciário aparece em 9º lugar, atrás das Forças Armadas, da escola, da Polícia Federal, da Igreja Católica, do Ministério Público, da imprensa, dos sindicatos de trabalhadores e do Governo Federal. Com relação aos juízes, que eles ocupam a 5ª colocação,

atrás de professores, policiais federais, promotores de Justiça e do presidente da República. Enfatizou a falta de confiança do cidadão atualmente na Justiça. No entanto, disse que "o Brasil critica o Judiciário, mas confia nos juízes". Destacou que a Justiça do Trabalho é a mais conhecida dos cidadãos e com a melhor avaliação de atuação, uma vez que possui mais acessibilidade e sempre teve a

cultura da conciliação, tendo, portanto, saído na frente. Concluiu enfatizando a prioridade que se deve dedicar ao tema - legitimidade do Poder Judiciário - que seria a soma da confiança do cidadão, com a acessibilidade e a efetividade da Justiça a favor da paz social, conclamando, portanto, para uma estratégia sintonizada com a sociedade. O secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Rogério Favreto, corroborou o exposto pelo conselheiro Falcão, uma vez que a secretaria que representa tem como uma de suas atribuições orientar e coordenar ações baseadas na adoção de medidas de melhoria dos serviços judiciais prestados aos cidadãos.

Favreto reportou-se a dezembro de 2004, após a Emenda Constitucional 45, quando foi celebrado o Pacto de Estado por um Judiciário mais rápido e republicano firmado pelos chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário. Lembrou que



Magistrados e servidores atentos às explicações do conselheiro Joaquim Falcão (CNJ) e do secretário nacional Rogério Favreto (Ministério da Justiça)

esse pacto permitiu que os três poderes trabalhassem conjuntamente em prol de reformas processuais e na atualização das normas legais. Mencionou que mais de 20 projetos de lei foram aprovados após a assinatura do primeiro pacto, mas que o foco nesse primeiro momento foi civil, sendo que no processo trabalhista foi muito tímido o avanço, tendo apenas duas leis trabalhistas aprovadas, havendo, portanto, um saldo de seis projetos trabalhistas indicados nesse primeiro pacto.

Referiu-se a um segundo pacto, atualmente em construção, salientando que os projetos da área do direito do trabalho representam o grande desafio do momento.

Ressaltou que para o segundo pacto será priorizada a parte normativa, bem como o fortalecimento da proteção aos direitos humanos fundamentais, a efetividade da prestação jurisdicional e também o aperfeiçoamento do estado democrático de direito e de suas instituições. Entende que será

possível a consolidação de uma cultura democrática e republicana no país, o que fortalecerá os direitos humanos e o desenvolvimento social, havendo o chamado acesso universal à Justiça.

Reportou-se, por fim, especificamente aos projetos trabalhistas pendentes e aos temas polêmicos no aperfeiçoamento da legislação trabalhista. Mas, principalmente, ao subsídio fornecido pelas entidades associativas e demais instituições ao governo federal, favorecendo o amplo debate. ■



Servidores das Secretarias Administrativa e de Informática

A presidente do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista (em primeiro plano - segunda à esquerda), com os servidores das Secretarias Administrativa e de Informática, que trabalharam com dedicação permanente durante a obra de construção da nova sede do TRT do Paraná, inaugurada no dia 13 de março. (Matéria completa sobre o assunto nas páginas 4 a 8).

► Confira onde ficou cada serviço com a nova sede

Flaviane Galafassi

A nova sede do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná está situada na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, na esquina com a Rua Visconde do Rio Branco, no centro de Curitiba. Para esse endereço foram transferidos os gabinetes dos desembargadores, o Serviço

de Distribuição de Feitos de Segunda Instância e as Secretarias de Turmas, do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada. O Setor de Protocolo, onde são apresentadas as petições e documentos para o segundo grau, continua na antiga sede - Av. Vicente Machado, 147, local onde permanecem também os

Serviços Processual, de Acórdãos, de Cadastro Processual, e a Biblioteca.

As sessões de julgamento prosseguirão nos plenários do endereço anterior, até que seja concluída a reforma do prédio histórico (Rio Branco, anexo à torre da Al. Dr. Carlos de Carvalho), que contemplará novas salas de sessões. ■

Senador Osmar Dias: relatório favorável ao PLC 19/2009

O Projeto 19/2009, que prevê a criação de cargos de servidores (analistas e técnicos judiciários) para o Tribunal do Trabalho da 9ª Região, foi distribuído, em 24 de março, à relatoria do senador Osmar Dias, que integra a Comissão de Constituição e Justiça. O relatório do parlamentar foi favorável ao PLC. O projeto foi incluído na pauta da CCJ do Senado do dia 8 de abril, às 10 horas. A bancada paranaense tem demonstrado total sensibilidade à urgência na tramitação do Projeto desde a Câmara dos Deputados e, agora, o mesmo ocorre no Senado Federal.

Juízes Diretores de Fórum têm ampliadas as suas atribuições

Rossana Tuoto

A Portaria SGP 01/2009, assinada pela presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, atribuiu aos diretores de Fórum, dentre outras questões, a coordenação de serviços processuais e administrativos da Central de Mandados e a fiscalização de assuntos relacionados ao Fórum Trabalhista.

Juiz diretor do Fórum Trabalhista de Curitiba e Substituição - Competência

Os juízes do Trabalho José Aparecido dos Santos (17ª VT) e Morgana de Almeida Richa (15ª VT) estão, respectivamente, exercendo as funções de direção do Fórum e substituição. “Ao diretor do Fórum Trabalhista de Curitiba compete, especificamente, atuar como master de convênios mantidos pelo Tribunal com órgãos externos, inclusive o Bacenjud, o Renajud, o Infojud e a ANOREG. Em conjunto com os demais juízes de primeiro grau, propor medidas para a uniformização dos trabalhos judiciais ou procedimentos que propiciem melhoria na prestação jurisdicional. Ainda, manter contatos com órgãos externos, tendo por finalidade firmar convênios ou estabelecer procedimentos que auxiliem a prestação dos serviços jurisdicionais; atuar em procedimentos administrativos relacionados com as atividades do primeiro grau de jurisdição; e coordenar o Juízo Auxiliar de Conciliação do primeiro grau; além de efetuar outros trabalhos relacionados com a atividade jurisdicional que lhe sejam atribuídos pela Presidência do Tribunal”, sintetizou o magistrado.

Secretaria da Direção do Fórum Trabalhista de Curitiba - Criação

Passou a compor a estrutura organizacional da Direção do Fórum Trabalhista de Curitiba a Secretaria da Direção.

“Melhorar a comunicação interna, evitar o retrabalho, aperfeiçoar os instrumentos de trabalho existentes, propor novas ferramentas e melhorar

o uso dos recursos disponíveis, são os principais objetivos dessa reformulação”, destacou o diretor do Fórum. “A presidente do Tribunal decidiu reformular a Direção do Fórum por perceber que há uma crescente complexidade nas relações entre as atividades judiciárias e administrativas e que é necessário um órgão coordenador. A eficiência das atividades judiciárias hoje depende muito da coordenação entre os agentes envolvidos, principalmente juízes, diretores de secretaria, diretores da distribuição e da central de mandados, oficiais de justiça e a administração do Tribunal”, ressaltou, exemplificando com a concentração na Direção do Fórum de todos os convênios que auxiliam a atividade judiciária. “Além de aperfeiçoar e facilitar o uso desses convênios por todos os usuários, pretende-se estender para todos os já existentes, como o da Copel, bem como lavrar novos convênios que facilitem o trabalho judiciário. Estão em curso contatos para instituir convênios com várias companhias telefônicas para a obtenção de endereços das partes, e com o Serasa, para inclusão dos devedores trabalhistas no respectivo cadastro de inadimplência. Essas iniciativas têm sido tomadas mediante diálogo permanente dos envolvidos e contam com apoio

da administração do Tribunal”, frisou o magistrado.

Vinculação da Direção do Fórum com a Central de Mandados e com a Distribuição dos Feitos de Primeiro Grau

“A Central de Mandados sempre foi responsabilidade da Direção do Fórum e uma preocupação constante de todos os juízes que assumiram essa Direção. A estrutura anterior, entretanto, era incompatível com as necessidades de comunicação permanente entre os oficiais de justiça e as secretarias das Varas. O que pretendo é criar práticas institucionalizadas de comunicação, que permitam diminuir os problemas que ainda ocorrem no cumprimento de atos judiciais. Na minha avaliação, o trabalho realizado pelos servidores das secretarias das Varas e dos oficiais de justiça é muito bom, em vista do elevado volume de trabalho, e merece nosso reconhecimento. Há problemas de comunicação e de rotina de trabalho, entretanto, que precisam ser sanados para que possamos obter um nível ainda maior de eficiência. É nisso que estamos trabalhando por meio de reuniões, de normatização dos trabalhos, de troca de experiência e temos contado nesse aspecto com o apoio fundamental do corregedor regional”, enfatizou o juiz diretor do Fórum.

Direção do Fórum e Coordenação



O diretor do Fórum Trabalhista de Curitiba, juiz José Aparecido dos Santos, em reunião com oficiais de justiça

do Juízo Auxiliar de Conciliação do Primeiro Grau

“O JAC1 tem prestado serviços relevantes e ainda desconhecidos pela maior parte dos juízes e servidores. A Direção do Fórum não pretende alterar esses serviços, mas contribuir apenas para o crescimento do seu trabalho, e para isso atuaremos em duas frentes. A primeira é de aproximar

o JAC1 dos juízes e dos diretores de secretaria, mostrando os serviços que são realizados e os benefícios obtidos. O JAC1 é um órgão do primeiro grau que precisa contar com a participação e o apoio dos juízes e servidores do primeiro grau. A segunda é propiciar o uso pelas Varas do Trabalho das técnicas e pesquisas realizadas no JAC1, pois temos convicção de que o

trabalho ali realizado não é útil apenas quando a conciliação é alcançada, mas até mesmo quando resulta infrutífera”, sintetizou o magistrado José Aparecido dos Santos.

A Secretaria da Direção do Fórum Trabalhista de Curitiba está situada no 4º andar do anexo administrativo do Fórum. Telefone e email: (41) 3310-7364/7363 - secforumcapital@trt9.jus.br

Projeto de comunicação do TRT busca participação de magistrados e servidores

Flaviane Galafassi

A interatividade está sendo o foco dos projetos de comunicação que o Tribunal Regional do Trabalho está desenvolvendo e, que já pode ser observada nas ações que começam a ser implementadas em todo o Estado. O objetivo é realizar uma comunicação com via de mão dupla, onde magistrados, servidores e sociedade possam participar do processo e não apenas receber informações.

Um dos projetos em andamento busca ampliar o trabalho de comunicação interna. É o Portal da 9ª Região. A proposta é construir um meio de comunicação onde estejam alojadas todas as informações importantes sobre o andamento das atividades da Justiça do Trabalho do Paraná e também um ambiente de colaboração, onde as pessoas possam trocar informações, experiências e ainda conhecer melhor os colegas de profissão.

O projeto foi motivado pela atual necessidade da Justiça do Trabalho do Paraná. Não há uma cultura de armazenamento racional e sistematizado da informação, de forma que é muito comum o uso do telefone ou software de comunicação instantânea (exodus) para obter dados que poderiam ser encontrados pelo próprio interessado por outros meios, como a consulta à internet ou intranet.

Uma das mais frequentes queixas de magistrados e servidores é quanto à necessidade de um sistema que disponibi-

lize todas as informações captadas pelos setores, evitando dessa forma o denominado “retrabalho”, ao mesmo tempo em que permita a troca de conhecimento entre as áreas e, dessa forma, o aumento da produtividade. Não há o hábito de troca de informação entre os setores, o que também reflete na divulgação, uma vez que poucos repassam para a Assessoria de Comunicação Social ou de Imprensa informações que poderiam ser divulgadas. Isso reflete no uso inadequado das ferramentas de comunicação, fazendo com que o e-mail acabe sendo utilizado para todos os fins. Por outro lado, o pequeno uso da atual página, como propagadora de informações, dificulta a liberação de dados exclusivamente por esse meio.

Não há uma cultura de troca de informação entre os setores, o que também reflete na divulgação, uma vez que poucos repassam para o setor de comunicação informações que poderiam ser divulgadas.

A proposta do portal é mudar o modo de se relacionar por meio da intranet, que passará de um “lugar de ver” para um “lugar de executar”. Será um espaço de contribuição, troca e discussão de informações. Uma partilha de conhecimentos, com informações armazenadas e organizadas. Ele ocupará o espaço da atual intranet, porém ampliará suas funções e, principalmente, mudará o conceito na utilização de

ferramentas de comunicação.

Para que a página seja convidativa e estimule a participação das pessoas, alimentando as informações, o portal terá um layout devidamente estudado e distribuído na página inicial. O projeto elaborado prevê a distribuição na página de várias seções, entre elas a de Notícias, que disponibilizará tanto as de caráter institucional ou relacionadas às decisões judiciais, quanto as que versam sobre os trabalhos realizados pelos magistrados e servidores, inclusive atividades pessoais. O objetivo é mostrar as inovações de quem atua na Justiça do Trabalho. Para cada matéria divulgada com repercussão, haverá espaço para fórum de discussões. A proposta é permitir troca de ideias, possibilitar inovações e também proporcionar o conhecimento do que vem sendo realizado em todos os setores.

Também está reservado espaço para o “Fale com a Administração”, um chat onde, em tempo real, será possível tirar dúvidas com vários responsáveis pelos setores administrativos, como o “Fale com o Diretor-Geral”, “Fale com a Diretora da SRH” e o “Fale com a Presidente”. Porém, a proposta não é focar somente em assuntos relacionados ao trabalho. Ampliar a comunicação significa também propiciar um ambiente agradável de participação. Para isso foram pensadas seções como a “Para Você Usar”, que contempla espaço para classificados (compra, venda, troca, doação), painel de recados (convite para

reunião de grupos fora do expediente, esportes, happy hour, carona) e culinária, com divulgação e troca de receitas. Ou ainda a "Qualidade de Vida", com matérias com foco comportamental relacionadas à educação, saúde, finanças. Todas as seções previstas no projeto podem ser consultadas no endereço https://intranet.trt9.jus.br/intranet2/f?p=166:37:3219773738714218::NO::P37_CD_PROJETO_NOVA,P37_CD_AREA:798069%2C294, inclusive mais detalhes sobre o projeto e seu andamento.

Por se tratar de administração pública e, portanto, sujeita às normas legais de contratação, o prazo para implantação do projeto depende de finalização de processo licitatório de empresa que fará o desenvolvimento da ferramenta. Por ser considerado um desenvolvimento que depende da qualidade do serviço oferecido e não apenas uma concorrência por preço, e por haver necessidade de especificações técnicas para o contrato do trabalho, está havendo demora no procedimento de contrato. Porém, a expectativa é que no início do segundo semestre o portal seja lançado.

E como a proposta do plano de comunicação do TRT é a interatividade, sua participação pode e deve começar já. Envie sugestões de assuntos que poderão ser abordados, de seções que poderão ser incluídas no portal, para o e-mail imprensa@trt9.jus.br. Toda contribuição será fundamental para o sucesso do projeto.

■ PROGRAMA

Além do Portal da 9ª Região, também está em andamento o projeto Agência de Notícias, que busca sistematizar a produção, distribuição e armazenamento de notícias publicadas na imprensa, bem como estimular a coleta de informações dentro da Justiça do Trabalho para publicação. Os dois projetos constam do caderno de 71 projetos aprovados pelo Tribunal Pleno e fazem parte do Programa Comunicar, elaborado pela Assessoria de Imprensa do TRT-PR, que prevê outros três ainda em desenvolvimento: Trabalho Decente, que visa a criar uma campanha de conscientização na sociedade sobre a bandeira levantada pela OIT, em que trabalhadores e em-

pregadores possam oferecer condições adequadas de trabalho. Para isso, a proposta é que o TRT realize, em parceria com a Procuradoria do Trabalho e a Amatra, campanha envolvendo palestras e peças publicitárias; e os projetos Servidor Cidadão e Cliente como a Gente, que têm como objetivo incitar no servidor o prazer pelo bom trabalho à sociedade e provocar discussões sobre o papel de cada um.

A introdução dos projetos como ferramenta administrativa é uma das ações propostas pelo planejamento estratégico do TRT-PR e busca o cumprimento de objetivos e metas com base em visão e missão preestabelecidas. Cada projeto está vinculado a um objetivo e a uma meta.

Para a execução dos trabalhos foram definidos os gerentes de projetos, que no mês de março se reuniram no TRT para debater os procedimentos que serão tomados no Regional para o cumprimento das propostas. Para saber mais sobre os processos em andamento é preciso acessar a intranet, em [Adm > Informática > Projetos](#). ■

Concurso para juiz do Trabalho

Flaviane Galafassi

São 2.029 os candidatos que concorrerão a quatro vagas para o cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná. As inscrições encerraram-se em 17 de março.

A primeira prova, de conhecimento geral, ocorrerá em 18 e 19 de abril. A segunda fase (conhecimento específico) tem prova agendada para 16

de maio. Os aprovados passarão à terceira, que consistirá na elaboração de sentença e está prevista para 11 de julho. A última etapa eliminatória (avaliação oral) deve ocorrer em 27 e 28 de agosto e será seguida pela valoração dos títulos. As datas das provas, à exceção da primeira já confirmada, serão ratificadas pelo edital de convocação. ■



Banca examinadora da 1ª prova do concurso

Lançamento: Curso de Direito Processual do Trabalho

No dia 19 de março, a Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra IX) promoveu o lançamento da mais recente obra do juiz aposentado do TRT do Paraná Manoel Antonio Teixeira Filho: "Curso de Direito Processual do Trabalho". O autor classifica a coleção de três volumes como uma revisão historial e crítica de suas 20 obras anteriores, abordando a Teoria Geral do Processo, o Processo de Execução, o Processo Cautelar e os Procedimentos Especiais. Segundo a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaelle Bacila Batista, não há professor universitário, aluno de Direito ou operador jurídico que ignore os conceitos, o pensamento, a lógica formal e a notável capacidade didática e analítica deste verdadeiro referencial da Ciência Jurídica pátria, reconhecido como tal no Brasil e no exterior. Exponente da magistratura, das letras e agora também da advocacia, suas obras ultrapassam duas gerações de admiradores".

■ Jussara Elisa

TRT-PR participa de reunião nacional sobre sistema de controle estatístico

Jussara Elisa

O TRT do Paraná participou, no dia 4 de março, de reunião do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), como integrante do grupo de trabalho responsável pela construção do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho

(e-Gestão). Também estiveram presentes, servidores e técnicos da área de informática do TST e dos TRTs da 2ª, 4ª e 5ª Regiões. Esses Tribunais iniciaram a construção do projeto e auxiliarão na implantação do e-Gestão nos demais TRTs, etapa que deve ser concluída até 30 de junho deste ano. Entre os temas tratados, a necessidade de definições e mudanças

no módulo de dados que irá compor o software. O e-Gestão é uma plataforma que tem como principal objetivo tornar pública a estrutura administrativa e a atividade judiciária dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, além de auxiliar o controle estatístico-processual do movimento judiciário e da atuação jurisdicional dos TRTs. ■

Material bibliográfico e documental: recuperação e conservação

Jussara Elisa

Sete servidores do Arquivo e Documentação participaram, de 18 a 20 de março, do curso de "Recuperação e Conservação de Material Bibliográfico e Documental", ministrado pela professora Maria Márcia Pontarolli Dalle-donne, que tem especialização em papel (especificamente em material bibliográfico).

O curso atende ao Programa de Gestão Documental do TRT-PR, instituído pela Resolução Administrativa 5/2008, com o fim de uniformizar, no âmbito do Regional, entre outros, os procedimentos referentes a arquivamento e preservação de documentos históricos das unidades judiciárias e administrativas.

O Serviço de Arquivo e Documentação (Secretaria da Coordenação Judiciária) é responsável pela guarda, classificação, administração e conservação dos documentos administrativos e judiciais



Servidores do Arquivo e Documentação e a professora (em pé, primeira à direita) do curso realizado em março

produzidos pelo Tribunal e pelas 20 Varas do Trabalho de Curitiba, compreendendo processos de guarda intermediária e permanente, assim como documentos de reconhecido valor histórico. Segundo

a diretora do serviço, Neide Spindola, "para uma boa preservação do acervo faz-se necessário o conhecimento de técnicas de higienização, restauração e conservação dos documentos". ■



Lançamento de livro e conferência na EAJ do TRT-PR

"Contrato de trabalho e crise econômica da empresa" será tema de conferência com o desembargador Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente e ouvidor-geral do TRT-PR), Cristiane Budel Waldruff e com os advogados Alberto de Paula Machado (presidente da OAB - Seção do Paraná) e José Affonso Dallegre Neto. Na oportunidade, a servidora Cristiane Waldruff lança livro sobre o assunto. O evento será no dia 2 de abril, na EAJ do TRT do Paraná.

■ Jussara Elisa

Correições da Justiça do Trabalho

Flaviane Galafassi

As Varas do Trabalho de São José dos Pinhais, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Palmas, 5ª e 17ª de Curitiba passarão por correição em abril. Além de verificar o andamento dos processos em curso nas Varas, o corregedor, desembargador Ney José de Freitas, estará também à disposição de advogados e

da comunidade.

Na 17ª VT de Curitiba, a correição acontece nos dias 31 de março e 1º de abril, com audiência pública no dia 1º, das 16h30 às 17h30. Na 5ª VT, o desembargador estará à disposição da comunidade no dia 7, no mesmo horário, e a correição ocorre nos dias 6 e 7. Na 1ª VT de São José dos Pinhais, a correição será nos dias 14 e 15. Na 2ª VT nos dias 15 e

16 e no Serviço de Distribuição e Direção do Fórum, no dia 17. A audiência pública em São José dos Pinhais ocorre no dia 17, das 16h30 às 17h30. No dia 27 é a vez de Dois Vizinhos passar por correição; no dia 28, Francisco Beltrão; 29, Pato Branco; e 30, Palmas. Nesses municípios o desembargador Ney José de Freitas também estará à disposição da comunidade das 16h30 às 17h30. ■

“Carga Programada” no TRT e nas Varas agiliza trabalho de advogados

Serviço pode ser feito por e-mail, fax ou telefone

Flaviane Galafassi

O serviço de “carga programada” dos processos em algumas Varas do Trabalho do Paraná e também no Tribunal Regional do Trabalho está agilizando o procedimento de entrega e facilitando o trabalho de advogados, peritos e contadores. Por e-mail, fax ou telefone, é possível agendar a retirada física dos cadernos processuais das secretarias, evitando filas.

A 17ª Vara do Trabalho de Curitiba, por exemplo, publicou uma portaria regulamentando o novo sistema. O advogado pode solicitar a carga com 24 horas de antecedência mediante o uso de mensagem eletrônica. Para participar, o profissional interessado deverá cadastrar endereço eletrônico no Serviço de Distribuição dos Feitos das Varas do Trabalho de Curitiba, para registro e atualização no Sistema Unificado de Administração de Processos (SUAP). O e-mail terá que ser enviado entre 8 e 15 horas do dia anterior ao da pretendida retirada. Desta forma, torna-se desnecessário utilizar senha ao chegar no balcão, pois os processos já estarão disponíveis, bastando o interessado anunciar que está utilizando a “Carga Programada”. O procedimento é voltado somente

aos advogados que tenham prazo em curso para manifestação, e em autos específicos.

Na 20ª Vara de Curitiba, a programação de carga é oferecida desde julho de 2007. O agendamento é feito por e-mail ou fax até às 10h30 do mesmo dia para o qual a carga é solicitada. Embora todos os advogados possam utilizá-lo, o serviço atualmente é mais usado por peritos e procuradores de órgãos públicos, que o fazem por telefone ou pessoalmente.

Das cerca de 280 cargas semanais efetuadas no Tribunal Regional do Trabalho, 30% são com pedidos via e-mail.

Em Castro, a Vara do Trabalho começou a adotar o procedimento em outubro de 2007. Além do agendamento por e-mail e telefone, que deve ser realizado até as 11 horas do dia em que se pretende retirar os autos, também é realizado o envio de peças processuais digitalizadas, por e-mail, evitando o deslocamento do interessado.

Na 3ª VT de Paranaguá, o sistema está sendo utilizado há mais de um ano, para o caso de cinco ou mais processos, com bons resultados. Os e-mails de-

vem ser remetidos ao endereço da Vara até o meio-dia.

As Varas do Trabalho de Porecatu, Marechal Candido Rondon, 11ª de Curitiba, 6ª de Londrina e 1ª de Maringá também oferecem os serviços. A 16ª de Curitiba atende apenas por telefone e a Vara do Trabalho de Wenceslau Braz, apenas para os advogados da União, porém não descarta a possibilidade da programação, em caso de solicitação de outros advogados. A 2ª VT de Araucária oferece a carga programada para peritos e contadores, via telefone, e-mail ou fax.

O horário limite para envio do pedido, quantidade mínima de processos e demais especificações, bem como a possibilidade de utilização dos serviços em outras Varas que ainda não adotaram o sistema, devem ser consultados em cada órgão. Os contatos estão disponíveis no site www.trt9.jus.br.

No Tribunal Regional do Trabalho, o Serviço Processual iniciou em janeiro o sistema de carga programada e até o momento já foram cadastrados 58 escritórios, com 185 usuários. Para utilizar o serviço é preciso fazer cadastro prévio junto ao Serviço Processual. Das cerca de 280 cargas semanais efetuadas, 30% são com pedidos via e-mail. ■

Início do ano letivo do curso “Economia do Trabalho”, em parceria com a Unicamp

Jussara Elisa

Começou, no dia 6 de março, o ano letivo referente ao curso de “Economia do Trabalho”, ministrado por professores da Unicamp na Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

O curso, com carga horária total de 360 horas, divididas em duas etapas e através de contrato com a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, é oferecido em duas turmas, uma na capital e outra em Londrina, compostas por desembargadores, juízes e servidores da 9ª Região.

Em 2008, foi realizada a primeira etapa do curso, com aulas nas seguintes disciplinas: História e Desenvolvimento Econômico, Conceitos Básicos de Economia, Industrialização e Sindicalismo nos países avançados, Análise da Dinâmica Econômica, Empresas e Relações de trabalho. ■



Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná participam do segundo ano letivo do curso de Economia do Trabalho, ministrado por professores da Unicamp

Encontro de magistrados em Florianópolis

Magistrados do Trabalho do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul reuniram-se em Florianópolis, nos dias 26 e 27 de março, para discutir o processo eletrônico na Justiça do Trabalho.

O encontro das Escolas Judiciais e Associações dos Magistrados do Trabalho (Amatras) da Região Sul, que acontece a cada dois anos, nesta edição contou com a participação das Escolas Judiciais dos três Estados, responsáveis pela programação científica.

Dentre os painelistas, participou o juiz Bráulio Gabriel Gusmão (presidente da Amatra-IX e titular da 1ª VT de São José dos Pinhais). O magistrado falou sobre “Processo Eletrônico e as Novas Tecnologias”.

A expectativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho é que o primeiro módulo do Sistema Unificado de Administração Processual - o SUAP - esteja implantado em todas as Varas do Trabalho do Brasil até o final do ano. O sistema, desenvolvido com foco no processo eletrônico, pretende uniformizar a tramitação dos processos trabalhistas em todo o país.

■ Jussara Elisa

TRT recebe acadêmicos do curso de Direito da Opet



Acadêmicos de Direito das Faculdades Opet (Curitiba) participaram, no dia 26 de março, de visita pública no Tribunal do Trabalho do Paraná. Assistiram a palestra do desembargador Edmilson Antonio de Lima sobre o Judiciário, com ênfase à Justiça do Trabalho do Paraná.

Na oportunidade, receberam cartilhas com informações sobre o TRT do Paraná e com esclarecimentos sobre o funcionamento do Judiciário, além de traduções de termos utilizados na Justiça.

■ Jussara Elisa

Oficiais de justiça confeccionam certidões pela intranet

Os Oficiais de Justiça de todo o Estado contam agora com mais uma facilidade: a confecção de certidões através da intranet.

Por ser um sistema que utiliza a plataforma WEB, os Oficiais poderão confeccionar suas certidões em casa, armazenando-as no banco de dados centralizado do TRT do Paraná. Isto possibilita que todas as certidões emi-

tidas possam ser consultadas, impressas e reutilizadas para confecção de novas certidões. Tudo pode ser feito de qualquer local com acesso à internet. Além disso, futuramente essas certidões poderão ser publicadas para consulta pelos advogados e partes e também já estarão disponíveis quando da implantação do processo digital.

O manual de utilização está dis-

ponível no Mural da intranet com a seguinte descrição: [Certidão na intranet - Oficiais de Justiça - Manual de Utilização](#). As solicitações de serviço poderão ser registradas na intranet: [Solicitação de Serviços > Nova Solicitação > Secretaria de Informática > Sistema Ceman/SOJ](#) Opções: [Acesso ao Sistema Orientações Técnicas Solicitação de Mudanças](#). ■

Sistema e-Gab do Paraná é apresentado ao TST

Jussara Elisa

Em 26 de março, Silvânia Pinheiro Coelho José, assessora do ministro do TST Aloysio Corrêa da Veiga, visitou o TRT do Paraná. Na oportunidade, foi apresentado o sistema e-Gab da 9ª Região, considerado de vanguarda e que servirá como ponto de partida para a implantação do e-Julg. Todos os esforços estão sendo empreendidos para que cada vez mais a Justiça afine-se, de fato, com o princípio da celeridade processual.

Participaram da reunião o coordenador nacional do projeto e-Julg, desembargador do TRT-PR Ubirajara Carlos Mendes; o diretor de Tecnologia da Informação do TRT-PR, Claucio de Lima; o gerente do projeto, Daniel Thomaz; e os analistas Aurélio Meneghello Júnior e Francis Tscheliski. "Influencia sobremaneira para o sucesso do projeto o Exmo. juiz Bráulio Gabriel Gusmão, membro

da CAPI e superintendente das ações programadas", ressaltou o desembargador Ubirajara.

A assessora mostrou-se interessada, pois o programa, mesmo em seu atual estágio, "seria um enorme facilitador



A assessora Silvânia Coelho José (TST) e o desembargador Ubirajara Carlos Mendes, na reunião sobre o e-Julg

para a entrega jurisdicional pelo TST, que em dezembro de 2008 acumulava resíduo de cerca de 200 mil processos". Assegurou que levaria todas as informações ao diretor-geral do TST e aos ministros envolvidos no projeto, reque-rendo, desde já, que fosse marcada

uma data para que a equipe dê-lhes conhecimento direto e possa, assim, o mais rápido possível, estudar os critérios indispensáveis aos julgamentos na Corte Máxima Trabalhista para inserção no referido facilitador.

A assessora irá levar, também, a ideia do desembargador Ubirajara Carlos Mendes, a respeito da adoção de disciplina própria nas universidades, a fim de que os novos advogados tenham, na base, o conhecimento teórico e prático do processo eletrônico.

O e-Julg é uma ferramenta *open-source* para produção de sentenças, acórdãos e despachos de recurso de revista, cuja utilização será estendida nacionalmente a toda Justiça do Trabalho, utilizando como base as funcionalidades já implementadas no e-Gab, atualmente utilizado nos gabinetes do 9º Regional. ■

Presidente do TRT visita Varas de Colombo e Paranaguá

Dentro da proposta de interiorização da administração do Tribunal, nos dias 6 e 20 de março, a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, visitou as Varas do Trabalho de Colombo e de Paranaguá, respectivamente. O objetivo é ouvir dos magistrados, servidores e advogados, considerações sobre a Justiça do Trabalho local.

"As visitas são muito importantes porque nos permitem observar melhor as reais necessidades de cada unidade. Ouvindo os juízes, servidores e a comunidade é possível priorizar as tomadas de decisões", explica a presidente, lembrando que durante as visitas que fez em várias jurisdições pôde observar excelentes trabalhos realizados.

■Flaviane Galafassi



TRT da 9ª Região capacita adolescentes atendidos pelo PETI

Flaviane Galafassi

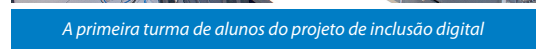
O TRT do Paraná iniciou, em 17 de março, curso de computação para adolescentes atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de Almirante Tamarandé. O curso faz parte do "Projeto de Inclusão Digital Roberto Dala Barba", desenvolvido pela Comissão de Responsabilidade Social do Tribunal, e será ministrado por servidores voluntários.

A primeira turma é formada por 15 jovens, com idades entre 12 e 16 anos, que frequentarão 44 horas de aula na sede

da Justiça do Trabalho, em Curitiba. O transporte dos alunos até o TRT está sendo realizado pela Prefeitura de Almirante Tamarandé. A proposta é dar noções básicas sobre informática aos adolescentes, contribuindo com seu aprendizado. De acordo com o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Luiz Eduardo Gunther, que realizou a palestra de abertura do evento na Escola de Administração Judiciária, o acesso à informática é indispensável ao exercício



Vice-presidente Luiz Eduardo Gunther na cerimônia de abertura do projeto



A primeira turma de alunos do projeto de inclusão digital

da cidadania. "É também por meio dela que o conhecimento se dissemina às crianças, e nós, da Justiça do Trabalho, queremos participar".

Campanhas de Responsabilidade Social

Jussara Elisa

Em Curitiba e Londrina estão sendo realizadas campanhas de Páscoa e de arrecadação de livros para distribuição a pessoas carentes. Paranaguá e Maringá também estão arrecadando chocolate.

Em Curitiba, a Comissão de Responsabilidade Social está recebendo exemplares da Constituição Federal e da CLT (novos ou usados a partir de 2002). As doações serão direcionadas ao projeto de educação para alunos das escolas de periferia, realizado pelo juiz substituto José Vinicius de Souza Rocha (1ª VT de Maringá), e ao projeto da professora Regina Célia Giacomet, que leciona disciplinas relacionadas à Legislação Social e Previdenciária e Técnicas de Negociação Trabalhista e Sindical para os cursos de Administração e Tecnologia em Recursos Humanos da FARESC, Faculdades Santa Cruz, de Curitiba.

Também na capital, a Comissão de Responsabilidade Social iniciou em 16 de março, terminando em 3 de abril, a sua campanha anual de Páscoa. Estão sendo arrecadados ovos de chocolate com 120 gramas (tamanho 12), de qualquer marca. As doações serão entregues às crianças das creches "Reino Encantado" e "Canti-

nho do Céu", em Almirante Tamarandé e para as crianças da ONG "Casa de Passagem", em Piraquara. A comissão está recebendo as colaborações no 11º andar do anexo administrativo do Fórum Trabalhista (400), em Curitiba.

O Fórum da Justiça do Trabalho de Londrina está promovendo duas campanhas voltadas à responsabilidade social: arrecadação de livros infantis e de ovos de Páscoa (nº 12), para doação a entidades carentes daquela cidade. Os livros e os ovos poderão ser depositados na caixa

colocada no saguão do Fórum. "As doações serão entregues a crianças carentes, que certamente se alegrarão muito com a ajuda do próximo. Precisamos exercitar o sentimento de solidariedade, para que esse faça parte de nossas vidas e das vidas daqueles que mais necessitam", comentou a magistrada Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia, integrante da Comissão de Responsabilidade Social.

O Fórum da Justiça do Trabalho de Paranaguá está promovendo até o dia 3 de abril campanha para arrecadar caixas de chocolate (400g) para crianças carentes. As doações serão entregues à Escola Municipal Maria Trindade, na Vila Santa Helena. A colaborações devem ser depositadas na Distribuição do Fórum de Paranaguá.

Em Maringá, a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho também está realizando campanha de Páscoa, com a arrecadação de caixas de bombons (400g) destinadas a cerca de 50 crianças entre 4 e 7 anos de idade, que participam do Projeto Infância Missionária, da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Maringá. As doações podem ser entregues, na 2ª VT de Maringá, até 6 de abril de 2009.

Campanha 2009 de Páscoa

Doe um ovo de Páscoa de 120 gramas (tamanho 12) e faça uma criança sorrir!



Prazo de entrega das doações: de 16 de março a 3 de abril
Local de entrega: 11º andar do Anexo Administrativo
Creches beneficiadas: Reino Encantado e Cantinho do Céu, ambas de Almirante Tamarandé
Ramal CRS: 7470

